Jornal de Negócios | **Data** 14/12/2011 | **País** Portugal | **Period.** Diária | **Pág.** 35| **Cor** p.b.

ALTERAÇÕES LEGAIS DITAM REDUÇÃO DE AUTONOMIA DOS ESTADOS

Mais do que maior integração europeia, as exigências legais que vão ser colocadas aos signatários do futuro "pacto orçamental" determinarão, sobretudo, uma redução da autonomia dos Estados ao nível da coordenação económica e de vigilância orçamental.

Pedro Gouveia e Melo, advogado da Morais Leitão, na área de direito comunitário.

Execução será controversa

"A execução das medidas anunciadas não será fácil nem desprovida de controvérsia. De um lado, o Reino Unido poderá objectar à utilização das instituições e dos recursos da UE para a implementação do novo tratado internacional. De outro, o maior grau de intervenção da Comissão sobre as decisões dos Parlamentos nacionais (...) poderá suscitar questões adicionais quanto ao défice democrático da actuação das instituições da União", diz Gouveia e Melo.